

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

Pandemia **Requisição da banca e grande indústria, proibição dos despedimentos!**
Ou se salva o capital e se destroem os trabalhadores, ou se salvam os trabalhadores expropriando o capital

Em três dias, meio milhão de trabalhadores em *lay-off*, com dois terços do salário, a juntar a 400 mil no desemprego. Trezentos mil trabalhadores a “recibo verde”, a grande maioria precários sem vínculo, agora sem vintém. Abusos patronais, despedimentos e cessações de contratos a prazo despachados antes de meter o *lay-off*, “férias” impostas. Pandemia? Não, lei da selva capitalista.

Nos EUA, em dois dias, 10 milhões de trabalhadores (ao todo, já, 16 milhões) sumariamente postos na rua. Em Itália, inúmeros à espera de subsídios que não sabem se chegam, sem tostão no bolso para comer, alimentados por vizinhos e beneméritos. Em Portugal, austeridade. Desde já aos níveis, pelo menos, da troika.

Isto, por um lado.

Por outro lado: o presidente da República toma o poder e decreta o estado de emergência. O governo executa, obediente, com a bênção de todos os partidos parlamentares.

Marcelo mostra o que são as “geringonças” e quem manda nelas.

Estado de emergência por causa da pandemia? Não. O recolhimento foi realizado pela população antes de ser decretado. O alvo do estado de emergência ficou escrito no decreto: criminalizar toda a resistência, proibir a greve.

A “União” Europeia recorda aos governantes de “esquerda”, aos Costas e Sánchez, para que é que eles servem: servem para aplicar, com ou sem “repugnância”, as ordens de Bruxelas (quando a direita já não tem força para o fazer ela). E, quando as coisas apertam, para beber e fazer beber o cálice da austeridade até às borras — mentendo o ronaldismo financeiro na gaveta.

De todos os quadrantes, lúgubres anúncios: a “economia” entra em recessão nunca vista, que obrigará a sacrifícios sem fim (dos trabalhadores).

Prometem: a fome; e dizem: preparem-se.

Marcelo diz: é a guerra e discute-se a propriedade da “metáfora”. Porém, não é metáfora. É mesmo guerra. A guerra capitalista, em que os soldados rasos, os trabalhadores, são a carne para canhão. Ou continuam a laborar sem equipamentos de protecção, em sectores “vitais” ou não. Ou vão para casa com o salário trunçado, pago pela segurança social, portanto pelo seu próprio salário futuro, ficando a olhar para o vazio.

A pandemia revela a falência do capitalismo, que só lhe pode fazer face atirando friamente milhões de trabalhadores para o caminho da miséria. “*Fiquem em casa*”, dizem. Ora, em muitos países, só pela greve conseguiram os trabalhadores não ficar a trabalhar sem protecção.

Em Portugal, Marcelo e Costa, com o voto de PS, PSD, CDS, Chega e BE, proibiram, porém, a greve e a resistência. E logo tocou a requisitar os estivadores. E o patronato a decretar o *lockout*.

Enquanto isto, o governo dá milhares de milhões ao capital, que a banca, belo negócio de juros em perspectiva, há-de canalizar. Chamam-lhe: “salvar a economia”.

Guerra? Sim, **guerra do capital contra o trabalho**.

O capital mobiliza o Estado para se salvar. A CIP exige crédito barato ou gratuito, subsídios a “fundo perdido” e injeções de capital (“sem direito de voto”).

O capitalismo a tentar salvar-se, como sempre, socializa os prejuízos. Até voltar o lucro. Nessa altura, reprivatiza-se. Até lá: a austeridade brutal para quem trabalha.

A alternativa escancara-se, pois, simples.

Ajudar o capital a salvar-se — esmagando o trabalho.

Ou **confiscar a grande indústria e a banca, romper com a dívida e a União Europeia, garantir a salvação do trabalho, o abastecimento da população, o pagamento dos salários e o serviço nacional de saúde**.

Raramente a escolha terá sido tão clara.



Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional sobre a pandemia do coronavírus e a responsabilidade do sistema capitalista

Publicamos nas páginas centrais deste número d’*O Trabalho* uma declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional

(CORQI) sobre a pandemia do coronavírus e a responsabilidade com que arca o sistema capitalista, em falência em todo o mundo, pela sua propagação

rápida em populações indefesas, cujos sistemas de saúde têm sido sistematicamente destruídos pelos governos ao serviço do grande capital financeiro.

Estado de emergência antigreve e pró-patronal

As medidas do governo e o que elas nos dizem sobre a sociedade em que vivemos

Artigo de opinião publicado na página viasquerda.pt no dia 19 de Março de 2020.

A pandemia põe a nu a realidade: a realidade da sociedade dividida em classes. Em classes que são desiguais, perante a vida, perante a doença e perante a morte.

Qual é a situação “económica”?

O turismo morre, a grande maioria dos serviços ao público não essenciais param. Muitos ramos de produção param também, seja pela repentina contracção do mercado nacional e mundial, seja pelo isolamento de grande número de trabalhadores.

E quais são as consequências e os “riscos” e para quem?

Para os trabalhadores são: despedimentos, temporários (lay-off) ou definitivos, já efectivos ou ameaçados. Risco iminente de perder a habitação, por não poder pagar a hipoteca ou a renda. Risco de perda total de recursos para a esmagadora maioria, que não tem poupanças significativas a que recorrer. A angústia.

Para o número crescente de trabalhadores das “plataformas” ou com trabalhos precários, a recibo verde ou sem vínculo de espécie alguma: iminência de privação total e de queda no abismo.

E que medidas prevê o governo para “ajudar a economia”, para “ajudar os trabalhadores”?

Propõe essencialmente medidas de crédito, incluindo moratórias, e outros apoios extraordinários... às empresas, ou seja aos patrões. Assim, explicam

Os “99%” somos um reservatório de mão d’obra, para usar conforme seja necessário, ao mais baixo custo possível, e descartar quando já não é.

melifluamente ministros e “economistas”, os patrões resolvem os seus problemas temporários de tesouraria e já não precisam de despedir trabalhadores.

Quem não é economista nem ministro, perguntar-se-á: se o objectivo é fazer com que os patrões não despeçam trabalhadores, por que é que não se decide... proibir os despedimentos?

Que estranho mundo é este em que, para não haver despedimentos, se

ajuda quem tem o poder de despedir — na vaga esperança de que não despeça (esperança já desmentida, por exemplo, no caso da fábrica de pneus Continental), em vez de impedi-los de o fazer?

Dir-se-á: também não é bem assim, os patrões só despedirão se as empresas ficarem “inviáveis” com a crise. Então e se os patrões acharem — com certa “razão”, na lógica da “economia de mercado” — que, pelo menos na forma anterior, as empresas são inviáveis na mesma e despedirem trabalhadores, se calhar embolsando as “medidas extraordinárias”?

As medidas do governo deixam os trabalhadores na agonia, servem para salvar os patrões. Tal como antes se destruiu tudo o que servia os trabalhadores para salvar os bancos.

É que a pandemia, como as crises



em geral, põe a nu uma verdade diáfana:

A sociedade, quando é capitalista, é composta unicamente pelos patrões: pelos donos dos bancos, das fábricas e grandes explorações: pelo “1%”.

O resto, nós, os “99%”, operários ou engenheiros, professores, médicos ou enfermeiros, não somos mais do que um reservatório de mão d’obra, para usar conforme necessário e para o que for necessário, ao mais baixo custo possível. E descartar quando já não é.

Um exemplo: os estivadores entraram em greve de novo nos portos portugueses, em revolta contra a política dos patrões, que nem sequer cumprem aquilo a que se comprometeram depois de greves anteriores.

Que fazer, sabendo que, com a pandemia, é urgente assegurar, pelo menos, a circulação de mercadorias urgentes para as populações?

O governo decretou a requisição civil dos estivadores. Influenciados pelo discurso oficial, até alguns que

simpatizam com a causa dos trabalhadores explorados, dizem: pois é, é uma chaticice... mas, com o que anda por aí, infelizmente não há alternativa... é por um bem maior!

Mas será que não existe alternativa?

Que tal esta alternativa óbvia: a requisição civil do patronato da estiva,

Uma alternativa óbvia: requisição civil dos patrões da estiva e satisfação das reivindicações dos estivadores!

obrigando-o a aceitar as justas reivindicações dos trabalhadores! Não voltariam os trabalhadores de imediato ao trabalho, e bem mais motivados?

Porque só se lembra o governo da requisição civil dos trabalhadores, mas não da dos patrões?

A razão é simples: porque, mesmo durante a pandemia, o único princípio sagrado não é o bem maior da saúde das populações: é o bem maior da propriedade privada dos meios de produção!

É a este princípio que tudo se subordina.

— É por causa dele que, para manter os postos de trabalho, não se toma a medida óbvia: a medida de decretar a manutenção dos postos de trabalho! A medida de proibir despedimentos. Toma-se, em vez disso, a estranha medida de dar crédito e dinheiro aos patrões, a ver se eles têm a simpatia e a bondade de manter os postos de trabalho, por favor!

— É por causa dele que, para proteger as populações, não se toma a medida óbvia: requisitar e, se necessário, expropriar as fábricas e centros produtivos que forem precisos e pô-los a produzir os equipamentos de protecção necessários ao pessoal de saúde e às pessoas vulneráveis, ventiladores respiratórios, testes, etc. Toma-se, em vez disso, a medida de lançar concursos e encomendas às empresas que, por acaso, seja onde for, possam fornecer esses equipamentos, e espera-se ansiosamente. Entretanto, na Alemanha, o governo impede os fabricantes de ventiladores de os exportarem enquanto as necessidades internas não estiverem satisfeitas — assim se vendo o que vale o famoso mercado interno da União Europeia, quando o caso é a saúde dos trabalhadores! (cont. página 3)

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”
Página web: <http://ainternacional.pt>

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Endereço mail: jose.santanah@gmail.com

Declaração do Comité de Organização pela São o sistema capitalista falido e os governos que o servem os

No momento em que escrevemos esta declaração, ninguém pode prever como vai acabar, embora, necessariamente, catastroficamente mal, a pandemia do coronavírus que hoje ameaça a vida de centenas de milhões de mulheres, homens e crianças em todo o mundo.

Sabem os trabalhadores e povos do mundo inteiro, isso sim, quais foram as condições que permitiram e continuam a permitir que esta pandemia tomasse proporções catastróficas, as condições que permitem a sua propagação rápida por toda a superfície do globo.

Essas condições são resultado de todas as decisões políticas tomadas e levadas a cabo há décadas pelos governos das grandes potências capitalistas, mas igualmente por governos dos países dominados de todos os continentes, norteados todos eles apenas pela defesa dos interesses das grandes multinacionais, dos grandes bancos e da especulação: decisões políticas determinadas pela subordinação de toda a civilização humana à lei do lucro capitalista.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas, reivindicuem-se eles de “esquerda” e “progressistas” ou de direita, que desmantelam os sistemas de protecção social conseguidos pela luta de classe dos trabalhadores.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas que desmantelam e privatizam os sistemas públicos de saúde, liquidam, às centenas de milhar, postos de trabalho de médicos e de pessoal hospitalar e camas hospitalares e, aos milhares, hospitais, serviços médicos e dispensários.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas que estrangulam financeiramente a investigação fundamental pública, desarmando os cientistas que investigam sobre os vírus emergentes.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas que permitem aos grandes grupos farmacêuticos acumularem lucros gigantescos pela produção ao mais baixo “custo do trabalho”, o que deu na actual penúria de produtos tão simples como máscaras, testes de rastreio e produtos desinfectantes.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas, os dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da França ou do Canadá, que organizam a pilhagem das nações de África, da América Latina e da Ásia. Uma pilhagem cujo resultado, segundo a UNICEF, são 3 mil milhões de seres humanos (40% da população mundial) sem acesso a sabão nem

água corrente, sem poderem portanto, lavar as mãos várias vezes por dia para limitar a transmissão do vírus. Sem falar dos milhares de milhões de seres humanos que só se podem alimentar uma vez por dia.

As consequências dramáticas destas decisões acrescem agora as consequências sociais do novo colapso financeiro, há já meses prenunciado no seguimento da crise de 2008-09 e que a pandemia veio agora acelerar. Ele reverte já no anúncio de gigantescos planos de despedimentos nos sectores automóvel, aeronáutico, bancário, comércio e serviços, dos têxteis, tecelagem, etc.

Hoje, a maior parte dos governos capitalistas — a começar pela administração americana, pelos governos das grandes potências imperialistas da Europa e pela sua União Europeia —, vêm, tomados de pânico, anunciar medidas de excepção,



tentando dar resposta. Mais do que nunca determinados a “reanimar a economia”, a oferecer, portanto, aos capitalistas milhares de milhões de dólares ou euros, há os que proclamam “pôr em causa as políticas de limitação do défice”, há os que falam em fazer nacionalizações temporárias ou em suspender os despejos enquanto a crise durar. Tudo o que ainda ontem se considerava impossível é hoje ponderado por governos desorientados. Só que os trabalhadores não se deixam enganar!

Eles sabem que estes governos devotos dos interesses capitalistas, estes governos anti-operários, não mudaram de natureza.

Eles sabem que, mesmo quando esses governos falam em tais medidas, mesmo quando as põem, ou põem algumas delas, parcial e temporariamente em prática, eles reaverão amanhã cem vezes aquilo que fingiram dar por algumas semanas.

A verdade é que nenhum destes governos, seja qual for o rótulo político dos partidos que os formam, de direita ou de “esquerda”, toma nenhuma das verdadeiras medidas de salvaguarda das populações que hoje se impõem para debelar a pandemia!

Que medidas, à altura da situação, tomaria, pois, um governo preocupado em proteger a saúde da imensa maioria?

Tal governo poria sob o controlo do Estado todo o aparelho produtivo, orientando-o de imediato para a produção dos bens indispensáveis para jugular a epidemia: máscaras, testes de rastreio, produtos desinfectantes, medicamentos, etc. Organizaria o rastreio sistemático de toda a população. Para isso, não hesitaria em requisitar as grandes empresas, a começar pelos grupos farmacêuticos, e os activos dos bancos.

Tal governo reabriria de imediato todas as estruturas hospitalares encerradas, requisitaria a totalidade dos locais disponíveis para neles instalar, no mais breve prazo, as estruturas hospitalares e serviços de cuidados intensivos indispensáveis para responder às necessidades.

Tal governo iria buscar os milhares de milhões onde eles estão, garantindo os cuidados gratuitos para todos e o financiamento de todo o pessoal médico e os equipamentos necessários ao bom funcionamento dos hospitais.

Tal governo organizaria o isolamento sanitário de toda a população, obrigando, nomeadamente, as empresas a assegurarem o pagamento dos salários de todos os trabalhadores isolados. Nos países dominados, onde a imensa maioria da mão d'obra pertence ao “sector informal”, sem salário regulado nem direitos, tal governo garantiria a cada trabalhador um rendimento que lhe permitisse viver durante o isolamento sanitário. Tal governo organizaria a distribuição dos viveres e mantimentos necessários à população.

Tal governo nacionalizaria ou renacionalizaria a investigação fundamental e afectaria às equipas científicas os meios necessários à pesquisa dos vírus emergentes e outras doenças.

Tal governo procederia de imediato à requisição de edifícios de habitação, neles alojando todos os sem-abrigo e os precariamente alojados, para quem as anunciadas medidas de “isolamento sanitário” não querem dizer nada enquanto eles não tiverem alojamento.

Tal governo decretaria o fim imediato dos despejos, pronunciará uma moratória sobre o pagamento de rendas e encargos e decidiria proibir de imediato os despedimentos. Tal governo decretaria o controlo dos preços de bens de primeira necessidade e medicamentos, sabendo que as grandes cadeias de distribuição e farmácia estão fazendo subir os preços por toda a parte a pretexto da pandemia e da crise económica.

Para tal efeito, tal governo requisitaria,

Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) responsáveis e culpados pela expansão da epidemia do coronavírus

designadamente, os orçamentos militares das grandes potências, que hoje continuam a financiar intervenções militares imperialistas contra os povos. E, mais geralmente, em qualquer país, reafectaria a totalidade das verbas do orçamento militar às necessidades dos hospitais.

Tal governo cessaria de imediato o pagamento da dívida, interna e externa. Confiscaria os milhares de milhões da especulação (em particular da especulação à baixa das próprias acções que os grandes grupos andam a fazer!), pondo-os ao serviço da saúde da imensa maioria.

Pois tal governo, que tais medidas tomasse, por necessárias à sobrevivência da população trabalhadora, medidas contraditórias com as exigências da classe capitalista, não hesitaria em romper com esta.

Pela nossa parte, aqueles que estamos organizados no CORQI, lutando pela reconstituição da IVª Internacional, pronunciamos-nos, em cada um dos nossos países, pela constituição de governos tais, exclusivamente ao serviço da imensa maioria, e apoiaremos todos e cada um dos passos em frente feitos pelas organizações operárias neste sentido. Governos que não hesitem em requisitar os grupos farmacêuticos, grandes empresas e os imensos activos dos bancos para financiar medidas de salvaguarda dos trabalhadores, dos camponeses e da juventude.

Não se pode, porém, ignorar a evidência de que nenhum dos governos capitalistas em exercício, seja qual for o rótulo que ostente, quer hoje enveredar por esta via.

Mesmo quando falam de “guerra” à pandemia, eles recusam-se na mesma a atacar a sacrossanta propriedade privada dos meios de produção, cuja salvaguarda, para eles, passa muito à frente das necessidades da humanidade trabalhadora.

E não é só que eles não tomam as medidas necessárias; eles usam a pandemia e a crise para reforçar todas as medidas anti-operárias e antidemocráticas.

Mormente a administração americana, que mantém e mesmo agrava as criminosas sanções contra o Irão, a Venezuela, Cuba, o Zimbábwe e outros, aproveitando-se da pandemia para tentar agudizar a pressão sobre as nações.

E que dizer da prisão a céu aberto que é a faixa de Gaza, um dos territórios mais densamente povoados do mundo, onde, como fruto de quatorze anos de bloqueio assassino imposto com a cumplicidade da “comunidade internacional”, mais de dois milhões de palestinianos têm à disposição uns 50 testes de rastreio e uma centena de

máscaras de protecção?

Que dizer, também, dos milhões de refugiados expulsos de casa pelas guerras imperialistas, dezenas de milhar deles estacionados em campos insalubres nas ilhas gregas, a quem a União Europeia e todos os seus governos recusam asilo, entregando-os à doença?

Apesar das suas declarações tonitruantes e das suas promessas actuais, todos estes governos capitalistas são, pois, responsáveis e culpados pela barbárie que a pandemia revela.

Nestas condições, não é vergonhoso ver como, em tantos países do mundo, os dirigentes das organizações políticas que falam em nome dos trabalhadores aderem à “unidade nacional” com os governos capitalistas?

Não é uma vergonha ver os partidos que falam em nome dos trabalhadores apoiarem



12 de Março, greve espontânea dos operários siderúrgicos da Acciai speciali Terni, em Itália.

os governos capitalistas em funções, exactamente quando estes põem à votação, em vários parlamentos, medidas de “estado de emergência” que agravam a ofensiva dos governos capitalistas contra as conquistas sociais e as liberdades democráticas?

Os trabalhadores sabem muito bem que as medidas sanitárias para abrandar a epidemia são necessárias. Mas nem por isso tiram daí a conclusão de que hão-de cair na armadilha da “unidade nacional” que os exploradores e os seus governos lhes estão montando.

Os trabalhadores têm o direito de exigir a todas as organizações que falam em seu nome que rompam de imediato com a “unidade nacional” que os seus dirigentes selaram com os governos capitalistas.

Pelo contrário, nestes últimos dias, nos Estados Unidos, em Itália, em França, na Argélia, no Chile, no Peru e noutros países, tem-se assistido à multiplicação de greves, greves selvagens, paralisações, ameaças de greve, iniciativas colectivas de trabalhadores e outras acções de classe em que os trabalhadores e as suas organizações sindicais se recusam a serem obrigados a continuar a trabalhar sem nenhuma pro-

tecção contra a pandemia.

Tem-se visto, em muitos países, os trabalhadores rejeitarem o aproveitamento que os governos capitalistas fazem da crise para redobrar os ataques contra as conquistas arrancadas pela luta de classe e contra as liberdades democráticas, rejeitarem os apelos dos capitalistas para que sejam os trabalhadores a pagar a crise “deles” e as consequências que dela advirão.

Tem-se assistido na China, logo que a pandemia começou a abrandar, a como os trabalhadores regressam à greve e aos protestos de massas para conseguir impor os seus direitos.

Mais do que nunca, os trabalhadores só podem contar com as suas próprias forças. Como reza a letra do canto internacional dos trabalhadores, A Internacional: “*Messias, deus, chefes supremos, nada esperemos de nenhum! Sejamos nós quem conquistemos a Terra-Mãe livre e comum!*”

Pela nossa parte, aqueles que estamos organizados no CORQI, lutando pela reconstituição da IVª Internacional, sustentamos que os acontecimentos por que a humanidade está passando vêm confirmar a validade da luta de classes, da luta para acabar com o sistema falido do capitalismo assente na propriedade privada dos meios de produção.

Estes acontecimentos confirmam a validade da luta por um governo de salvação da população trabalhadora, que leve a cabo as mudanças estruturais necessárias para benefício da imensa maioria. Confirmam, portanto, a validade da luta pelo socialismo.

O que está em jogo não é menos do que a defesa e preservação da civilização humana.

As organizações, grupos e militantes de todo o mundo que lutam pela reconstituição da IVª Internacional sabem que, nesta luta, se alinham lado a lado com os trabalhadores, militantes, jovens, tendências e correntes que se esforçam por salvaguardar a independência da classe operária e das suas organizações.

Alinham-se, mormente, ao lado de todos aqueles que, em mais de 50 países, estão preparando o êxito da conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, que se reunirá em Paris nos dias 5 e 6 de Novembro de 2020.

Para pôr termo à guerra e à exploração!

Para pôr termo à barbárie capitalista!

Para defender a humanidade e a civilização!

Junta-te à luta da IVª Internacional, adere às organizações do CORQI!

24 de Março de 2020

OS TRABALHADORES EXPOSTOS À PANDEMIA EM PORTUGAL

A política do governo para a crise: salvar a banca e o patronato

Eurobonds ou coronabonds, novos nomes da futura austeridade contra os trabalhadores europeus

O gatilho da terrível crise económica do capitalismo mundial, desta vez, foi a pandemia do coronavírus. Mas se não fosse, outro “alfinete” qualquer teria vindo furar as imensas bolhas de capitais fictícios, parasitas da especulação, que não encontram uso produtivo.

Nos países mais endividados da União Europeia, assim em Portugal, levantam-se de todo o novo “arco da governação”, da extrema-direita e da direita ao PS e ao Bloco de Esquerda, preces ensurdecedoras ao novo messias: a emissão “mutualizada” de dívida pela União Europeia: *eurobonds* ou *coronabonds*.

Estas medidas terão aura, mas têm, sobretudo, carne: mais dívida para acorrentar o Estado português aos mercados financeiros, aos “investidores e ao FMI. A taxas de juro, quando muito, ligeiramente inferiores às que o Estado português já actualmente paga.

Lenha para a fogueira da próxima troika.

Direcção do Bloco de Esquerda tem fé na União Europeia

A direcção do Bloco de Esquerda tem-se mostrado incansável em apelar à salvação pela União Europeia. A sua deputada europeia pede a emissão massiva de “euro-obrigações” (*eurobonds* ou *coronabonds*).

O principal teórico do Bloco de Esquerda chega a nobilitar a salvífica União Europeia como um dos “factores de segurança” e de esperança nesta crise: “*A segurança (...) seria também uma medida estrutural de cooperação na União Europeia, se ela existisse*” (Expresso, 31/3).

A mesma União Europeia que organiza centralmente a destruição das conquistas históricas dos trabalhadores europeus, da saúde pública, da educação e dos sistemas de aposentação.

A mesma União Europeia que impôs aos trabalhadores portugueses a inimaginável austeridade da troika, mandando expropriar salários e pensões,

A União Europeia, dona, por ninguém eleita, do euro e do Banco Central, que arrasaram a indústria portuguesa e fizeram baixar os salários reais dos trabalhadores portugueses (e europeus).

É dessa União Europeia que a direcção do Bloco de Esquerda passou a esperar a salvação...

Lay-offs, antecâmara do desemprego

O governo apresentou as suas medidas como para “defender o emprego”. Mas não são. São para defender o capital. Por exemplo: o *lay-off*. Com o *lay-off*, as empresa ficam incentivadas a suspender os contratos de trabalho, já que o governo lhes oferece a possibilidade de só pagarem 16% dos salários. O resto (50% do salário) fica a cargo da segurança social, ou seja dos descontos dos próprios trabalhadores! E fica um buraco de 1/3, claro, austeridade à la troika, no bolso de quem trabalha.

Trata-se de uma transferência directa do bolso dos trabalhadores (salário diferido) para o bolso dos capitalistas. Se a empresa sobreviver e sair do *lay-off*, poderá despedir outra vez...

Ministro da Economia, Siza Vieira, sobre os contratados a prazo: azar o vosso...

“*Questionado sobre se as empresas que recorram a este regime simplificado de lay-off podem não renovar contratos a prazo, o ministro referiu que esta é uma situação distinta de um despedimento e reconheceu ser “muito difícil pedir a uma empresa que não tem actividade que renove contratos a termo que, entretanto, terminariam”.*”

Frase que resume as medidas do governo: não a defesa do emprego e da vida dos trabalhadores, mas sim a defesa da “viabilidade” das empresas, aliviando-as dos “custos do trabalho”. Insatisfeito, aliás, com as medidas para o sector do comércio, o patrão da CCP, Vieira Lopes, incitou abertamente as empresas do seu sector a despedirem (Expresso, 18 de Março).

Os trabalhadores que se amanhem.

Negócio para os privados da saúde, em vez de requisição para combater a pandemia

A Ministra da Saúde (Expresso, 5/4): “(…) *admitiu precisar de canalizar doentes Covid graves e não Covid para hospitais não públicos. ‘As minutas dos acordos já foram aprovadas por mim e agora vamos avançar para a sua celebração. É evidente que os ativaremos se necessário porque isso é da vida’.*”

O serviço de saúde não tem capacidade? Sai uma oportunidade de negócio para o sector privado, até 13.000€/cabeça!

O estado de emergência ajuda o patronato a despedir os estivadores

O estado de emergência abriu a proibição da greve. Acto contínuo, os estivadores dos portos nacionais, em greve para exigir o cumprimento dos acordos assinados e o pagamento dos salários em atraso, foram requisitados pelo governo.

Por causa da luta contra a epidemia? Não.

O patronato de imediato entrou em *lockout*, não deixando entrar os trabalhadores. Objectivo: despedi-los a todos (“encerrando” a empresa e abrindo outra a seguir).

O estado de emergência: arma ao serviço do patronato para dobrar os trabalhadores.

“*Estas medidas do Governo parecem proteger parte dessa elite empresarial e financeira mais do que a generalidade da população e das empresas,*”

(Ricardo Cabral, *Público*, 30/3)

“*Honestamente, não sei,*”

responde o ministro da economia. interrogado pelo *Público* (30/3) sobre se se manterá o prometido aumento (de 1%) para a função pública em 2021.

OS TRABALHADORES EXPOSTOS À PANDEMIA EM TODO O MUNDO

Estados Unidos No país mais rico do mundo, centenas de milhar de vítimas

Dezassete anos tinha a mais jovem vítima do coronavírus conhecida nos Estados Unidos quando, no dia 18 de Março, se dirigiu à urgência de um hospital privado de Lancaster (Califórnia) com sintomas de Covid-19. Na falta de seguro de saúde, a urgência do hospital recusou-lhe a admissão. Morreu pouco depois. Nos Estados Unidos, há 28 milhões de cidadãos como ele, sem seguro de saúde.

Epicentro da desigualdade social engendrada pelo sistema capitalista, os Estados Unidos detinham, à data de 9 de Abril, o recorde do número de pessoas infectadas: 435.941 (e 14.865 mortos). Número, aliás, sub-avaliado, à falta de despistagem. A 9 de Abril, só na cidade de Nova Iorque, o número de

mortos era de 4.260. Anunciava o governador que, nos dias seguintes, faltariam ventiladores para salvar vidas...

Cortes orçamentais tanto de democratas como de republicanos

Durante décadas, as administrações, republicanas como democratas, executaram cortes orçamentais na saúde, atacando todas as conquistas arrancadas pelos trabalhadores. Na Califórnia, os democratas no poder reduziram em 18% as despesas de saúde por habitante, levando hospitais públicos à falência e desenvolvendo parcerias público-privadas.

Acrescente-se que, nos Estados Unidos, que carecem de qualquer sistema de segurança social, o seguro de saúde depende do que estiver negociado no contrato colectivo, empresa a empresa.

Nos últimos anos tem-se desenvolvido no movimento sindical uma potente campanha pela criação de um sistema de segurança social baseado no salário diferido. Porém, Joe Biden, candidato provável do Partido Democrático às eleições presidenciais de Novembro de 2020, acaba de anunciar que vetará propostas que vão nesse sentido.



Paralisação num centro da Amazon

“Tratem os vossos trabalhadores como tratam os clientes!”

Vaga de greves em todo o país

Enquanto a epidemia alastra, os Estados Unidos são também palco de uma vaga de greves, greves selvagens, paralisações de trabalho e outras iniciativas operárias. Como por toda a parte, os trabalhadores reclamam protecção, enquanto os empregadores os querem obrigar a trabalhar sem protecção. Para citar apenas alguns exemplos desta vaga de greves (muitas, “selvagens”, dada a legislação antigreve em vigor), mencionem-se as dos trabalhadores da Amazon e da empresa Whole Foods em todo o país, as enfermeiras de Watsonville (Califórnia), os trabalhadores do saneamento em Pittsburgh (Pensilvânia), os siderúrgicos dos estaleiros navais do Estado do Maine, os motoristas de autocarros de Detroit (Michigan), os operários do sector automóvel da Fiat-Chrysler, em Warren (Michigan), os empregados da McDonald’s no Illinois, os operários dos aviários da Geórgia. Resumindo o sentimento geral, um dos operários declara: “Estamos a arriscar a vida pelos frangos!”.

Alan Benjamin
(dados actualizados)

Pandemia e luta de classes nos EUA

A população negra morre primeiro

O *Trabalho* mostra, neste número, que a pandemia, longe de ser um mero fenómeno médico-sanitário, traz para a luz do dia a realidade brutal da sociedade de classes, que tantos se esforçam por abafar. Em Portugal como em todo o lado.

Nos EUA, a luta de classes tem uma característica particular: a população afro-americana, negra, é a mais explorada e oprimida. Tal como as mulheres, a minoria “latina” e os imigrantes em geral.

Na linguagem da pandemia: mais de metade das mortes pelo coronavírus são negros (que só são 13% da população). Em Chicago, por exemplo, os negros são 29% da população, mas 72% dos mortos de Covid-19.

Um estudo noticiado pela *National Public Radio* (segundo *blackamericaweb*, 7/4/20) mostrava que, para iguais sintomas típicos da doença, muito menos negros são encaminhados para o rastreio — que de qualquer modo está menos disponível nos bairros pobres, como noticiava o *New York Times* (8/4).

Nesta “guerra”, como lhe chamam os governantes de todos os países, a regra “fiquem em casa” não vale para a “carne para canhão”, para os trabalhadores e as camadas oprimidas. Não podem teletrabalhar, dependem do transporte público e, particularmente nos Estados Unidos, muitas vezes não têm seguro de saúde. Quando “ficam em casa”, é porque foram despedidos ou postos em lay-off...

A exploração e a opressão matam. ■



Espanha Das varandas, o povo apupa o rei

Com mais de 150.000 infecções e mais de 15.000 mortes, Espanha é um dos países mais duramente afectados pela pandemia.

É, em grande parte, a consequência de anos de cortes, destruições de camas hospitalares e desinvestimento público geral pelo governo da monarquia e pelos governos “autónómicos”. Tudo falta: pessoal, equipamentos de protecção, ventiladores, desinfectante,

máscaras. Um quadro familiar aos trabalhadores portugueses.

O governo PSOE/Podemos propõe-se, porém, salvar, em primeiro lugar, a monarquia e a banca.

Mas o povo sabe onde está o problema. Em 18 de Março, durante o discurso do monarca, milhões de trabalhadores, no País Basco, na Catalunha, mas também em Madrid, fizeram, das suas varandas, uma barulhenta “caçarolada”. ■

OS TRABALHADORES EXPOSTOS À PANDEMIA EM TODO O MUNDO

Itália Vaga de greves: “*Parem as fábricas!*”

O desprezo pelos trabalhadores transparece das medidas tomadas pelos governos em toda a Europa. Todos eles chegaram completamente impreparados à epidemia, ao fim de anos de cortes drásticos nos sistemas de saúde pública, mandatados pela União Europeia.

Dramático, o caso da Itália, onde a epidemia tem grassado drasticamente a partir dos grandes núcleos

industriais do Norte. O número de infecções reconhecidas pelas autoridades chegava, a 6 de Abril, a quase 129 mil, com quase 16 mil mortes. O artigo abaixo foi escrito por Monica Grilli, delegada sindical da CGIL, em 29 de Março, e publicado no jornal *La Tribune des travailleurs*, do Partido Operário Independente Democrático de França, em 1 de Abril.

Ao escrever estas linhas, há já mais de 10 mil mortes pelo Covid-19 no nosso país. Morre-se nos hospitais, morre-se em casa e morre-se no trabalho.

Enquanto o governo decreta medidas severas para os cidadãos, proibindo saídas inúteis, as fábricas continuam a laborar. Não há máscaras, não há luvas, o espaço é exíguo, e as medidas de desinfeção raras.

O resultado é a declaração de greves espontâneas nas fábricas um pouco por toda a Itália. Em muitas cidades e empresas, os trabalhadores têm feito manifestações e paralisado a produção: assim em Asti, Vercelli, Cuneo, Varese, Brescia, Bergamo, Turim, Taranto...

Na fábrica Valeo, em Cuneo, os trabalhadores, obrigados a trabalhar lado a lado, decretaram greve. O mesmo aconteceu na Whirlpool, em Varese, onde os patrões da fábrica se recusaram a fechar e a adoptar medidas de segurança.

Em Mântua, 450 trabalhadores da fábrica Cornelianini paralisaram o trabalho, afirmando que não podia haver cidadãos “de primeira” e “de segunda”.

Na loja da Carrefour de Turim, o pessoal recusou-se a trabalhar e ocupou a loja, não aceitando a ausência de protecção.

Os trabalhadores não querem ser “carne para canhão” e reclamam o fecho das empresas, recusando-se a arriscar a vida para trabalhar.

No espaço de sete dias, o número de pessoas infectadas passou de 14 mil para 45 mil. Os focos mais virulentos encon-



Trabalhadores da fábrica Electrolux em Solaro (Milão) entram em greve espontânea.

tram-se em Bergamo, Brescia e nas regiões do Norte de Itália em que se concentram as fábricas.

Foi este o quadro em que os dirigentes dos sindicatos e da Confindustria (organização patronal) assinaram um acordo. Esse acordo não foi para suspender a produção, mas para definir um protocolo de medidas de segurança a aplicar nos locais de trabalho, confiando aos delegados sindicais o cuidado de verificar a sua aplicação e conformidade, com possibilidade de lavar relatórios às autoridades em caso de desprezo das regras pelas empresas. O secretário-geral da CGIL, Landini, declarou que era um bom acordo para “*salvar o país*”, um acordo que permitia “*a unidade e a harmonia*”. Ele, como outros membros das cúpulas das confederações sindicais, só querem saber do pretenso “interesse geral” de trabalhadores e capitalistas. Ora, estes últimos, ao manterem as fábricas em funcionamento, têm mostrado claramente que, para eles, a exigência do

lucro passa à frente da saúde dos trabalhadores.

Só que não o entendem assim muitos militantes e responsáveis sindicais, para quem este acordo atira a responsabilidade para cima dos delegados sindicais, que se vêem a decidir sozinhos, isolados em cada fábrica, do acatamento ou não das condições de segurança.

Explica assim um delegado de uma fábrica sub-empregueira da Fiat Chrysler Automobiles (FCA): “*Não lancei um apelo à greve e talvez tenha errado em não o fazer. Estamos a ser postos em condições inimagináveis.*

A direcção da empresa faz chantagem explícita com o encerramento, e eu não quero nem perder o meu emprego nem fazer com que os outros trabalhadores percam os deles. Não quero tomar a responsabilidade de escolher entre manter a saúde ou manter o emprego.”

Foram muito numerosos os trabalhadores que rejeitaram este acordo, da mesma forma que rejeitam este governo. O descontentamento nas fábricas, os gritos de “*Fechem tudo!*”, não acabaram quando o acordo foi assinado. Trezentos presidentes de câmara de concelhos do Norte de Itália acabam de lançar um apelo a exigir o completo encerramento das empresas.

Com o safanão que lhes deu o movimento vindo das bases, das fábricas, os dirigentes dos sindicatos que haviam assinado o acordo com a Confindustria reclamaram medidas mais estritas. Na Lombardia, os sindicatos das indústrias química e metalúrgica deram mais um passo, ao apelarem à greve no dia 25 de Março. ■

A Selvajaria de Trump contra a China: o Capital Vai Nu

Não é sem ironia que se ouvem as declarações racistas de Trump e seus acólitos, a acusar a China da responsabilidade pelo coronavírus.

Os factos são que a burocracia chinesa, depois de ter negado a epidemia e reprimido quem lançara o alarme, viu-se obrigada a mobilizar os imensos recursos da propriedade do Estado, levantando do chão hospitais em poucos dias para barrar a epidemia, objectivo que está em vias de atin-

gir na China... mas não em nenhuma das principais potências capitalistas da Europa e da América do Norte.

Na mesma ordem de ideias, e independentemente da opinião que se tenha sobre a política da burocracia cubana, resta o facto do envio de médicos cubanos para os países mais afectados apesar das décadas de cruel embargo de que Cuba tem sido vítima. ■